



Formação dos oligopólios na educação superior privada brasileira: sobreimplicação no trabalho docente

Formation of oligopolies in the Brazilian private higher education: superimplication in professors' work

Aline Veiga dos Santos
Ranilce Mascarenhas Guimarães-Iosif
Universidade Católica de Brasília
Vera Lúcia Jacob Chaves
Universidade Federal do Pará

Resumo

O presente artigo analisa a sobreimplicação da formação dos oligopólios na educação superior privada brasileira e seu impacto no trabalho docente. Trata-se de um estudo de caso qualitativo realizado em uma instituição do maior grupo educacional da América Latina – Anhanguera Educacional – situada em Brasília. O estudo utilizou as técnicas de análise documental e entrevistas individuais semiestruturadas. Para o tratamento dos dados, recorreu-se à análise de conteúdo proposta por Bardin. Os resultados revelam as percepções dos docentes quanto ao atual modelo de governança da instituição investigada, à abertura de capital e às suas condições de trabalho. Concluímos que o avanço do capital na exploração do trabalhador docente despreza a natureza do trabalho pedagógico e as implicações políticas e sociais envolvidas ao intensificar e precarizar as condições de trabalho.

Palavras-chave: Educação superior privada. Oligopólios. Trabalho docente.

Abstract

This article analyzes the superimplication of the formation of oligopolies has over professors' work conditions in Brazilian private higher education. This is a qualitative case study conducted in an institution of one of the largest higher education groups in Latin America, Anhanguera Educacional, that is located in Brasilia. The study used the techniques of document analysis and semi-structured individual interviews. For the data processing we used the content analysis proposed by Bardin. The results reveal the perceptions of professors about the current model of governance of the institution we investigated, their opinion about the trading of their company on the stock exchange and their working conditions. We conclude that the growing importance of capital in the exploitation of professors disrespects the nature of pedagogical work and disregards the political and social implications involved, by intensifying and making the working conditions more precarious.

Keywords: Private higher education. Oligopolies. Professors' work.



Introdução

O avanço do processo de financeirização da educação superior brasileira, advindo das negociações estritamente direcionadas aos interesses mercantis na última década efervesceu o setor. A abertura do capital, de quatro grupos educacionais, na bolsa de valores – Anhanguera Educacional Participações, Estácio Participações, Kroton Educacional, todas em 2007; e Abril Educação em 2011 – demonstra a voracidade do mercado e consolida o gigantismo econômico-financeiro, inclusive para a entrada de capital estrangeiro na educação. Os relatórios financeiros das companhias indicam que as instituições estão em condições extremamente favoráveis e a captação de alunos tem sido uma constância. O foco desses grupos é a gestão profissionalizada e a obtenção de lucros, os alunos são vistos como clientes, por conseguinte, as empresas investem massivamente em programas de *marketing* e comercialização.

O campo de atuação e de serviços dessas companhias vem se ampliando significativamente e apresenta sinais prospectivos. A Anhanguera¹ e a Estácio já atuam em todo o território nacional. A Kroton e a Abril, além de prestarem serviços privados, atuam no setor público na forma de parceria, por meio de programas de gestão, materiais didáticos e avaliações educacionais. Não é em vão que mais quatro grupos educacionais se preparam para abrir o capital em 2014: Grupo Multi, Cruzeiro do Sul Educacional, Grupo Ser Educacional e Grupo Ânima Educação. (CRUZEIRO DO SUL, 2012).

Chaves (2010, p. 491) ressalta que “[...] além das fusões, que têm formado gigantes da educação, as ‘empresas de ensino’ agora abrem o capital na bolsa de valores, com promessa de expansão ainda mais intensa e incontrolável.” A concorrência entre os grupos está estampada nas revistas, jornais e relatórios divulgados pelas empresas de consultoria, no entanto, a valorização profissional parece não ter espaço nesse universo. O trabalho docente tem representado fonte de lucro aos empresários da educação, que gerenciam as instituições sob a tutela da regulação autoritária do capital. Esses grupos focam em resultados e não em processos. Assim, as condições de intensificação e precarização do trabalho docente se tornam cada vez mais presentes.

A formação dos oligopólios na educação superior privada é um processo recente, que trouxe uma nova configuração para a governança do setor



e precisa ser investigada para saber quais as sobreimplicações promovidas no trabalho docente, na qualidade do ensino e na autonomia universitária. Neste estudo, o enfoque se volta para a questão do trabalho docente, por considerar que essa é estratégica para as demais.

A compreensão da natureza contemporânea do trabalho docente não ocorre somente pela análise profunda de técnicas e processos pedagógicos, do conhecimento como fonte do trabalho, da relação professor-aluno. É indispensável, como ponto de partida, entendermos como são geridas as empresas de ensino, os seus objetivos e as suas relações com a sociedade capitalista. Situar a questão do trabalho docente na educação superior privada, nessa realidade abrangente, torna-se, de fato, um grande desafio.

Considerando a imensa lucratividade das companhias educacionais e o crescimento vertiginoso, optamos por investigar as condições do trabalho docente em uma instituição do grupo Anhanguera, pois este, até abril de 2013, se destacava como o maior grupo de ensino superior da América Latina e o segundo maior do mundo, além de ser a companhia que tem maior quantidade de Instituições de Ensino Superior (IES) e alunos em Brasília – Distrito Federal (DF). A metodologia adotada para este estudo² focou em uma abordagem qualitativa, utilizando como estratégia o estudo de caso. Os procedimentos utilizados para a geração e coleta de dados foram a análise documental e as entrevistas individuais semiestruturadas.

As entrevistas foram realizadas com 15 docentes que atuam e já atuaram no grupo e tiveram a finalidade de compreender a visão dos docentes em relação ao novo modelo de governança da instituição, a partir da abertura de capital na bolsa, e as suas relações e condições de trabalho. Os dados foram analisados com base na técnica da análise de conteúdo proposta por Bardin. (2010).

O artigo segue estruturado em três partes. A primeira faz uma breve apresentação do processo de mercantilização e formação de oligopólios: o caso Anhanguera Educacional. A segunda explicita as transformações no mundo do trabalho docente sob a acumulação flexível do capital. A terceira apresenta as sobreimplicações da formação dos oligopólios no trabalho docente.



Mercantilização e formação dos oligopólios: o caso Anhanguera Educacional

A nova forma de gestão pública do Estado brasileiro foi marcada pelo Consenso de Washington, que recomendou mudanças para que houvesse uma reestruturação econômica nos países latino-americanos. A Conferência Mundial, “Educação para todos”, realizada em Jontiem na Tailândia em 1990, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), foi o marco inicial das transformações sofridas pela educação no contexto neoliberal. Esse evento consagrou, no campo educacional, o que o Consenso de Washington estabeleceu no plano econômico-político. “Tanto um quanto outro são [...] elementos-síntese de um processo histórico multideterminado, e, em última instância, traçam as diretrizes para a ‘Era do Mercado’.” (TIRADENTES, 2009, p. 1). Os eventos ampararam-se no conceito de que o mercado é a fundamentação legítima da economia e da sociabilidade e de que a educação deve ser ofertada sob a forma mercadoria-serviço, de acordo com os regulamentos de produção e de circulação de mercadorias.

78

Sob esse marco legal, a partir de 1990, ocorreram importantes reformas nos sistemas de ensino em todo o mundo, principalmente as destinadas a incentivar as instituições a serem mais sensíveis às necessidades do capitalismo. Essa questão envolveu uma reavaliação dos objetivos do ensino superior e a definição pelos governos de novas estratégias para o futuro. Também possibilitou mais espaço de manobra para as instituições. (OCDE, 2008). Essas transformações na educação fizeram com que a governança adquirisse grande destaque na política e pesquisa educacional, principalmente internacional, trazendo novas formas de organização e planejamento dos serviços educacionais atrelados aos novos atores.

O Relatório *Tertiary Education for the knowledge society* da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2008) assinala que, embora nem todos os países estejam na mesma posição na economia global, surgem uma série de tendências no ensino superior em todo o mundo, tais como: a) expansão dos sistemas de ensino superior; b) diversificação da oferta; c) novas modalidades de financiamento; d) foco na prestação de contas e desempenho; e) novas formas de governança institucional. O relatório esclarece que, ao longo das últimas décadas, mudanças importantes ocorreram na liderança das Instituições de Ensino Superior (IES),



incluindo o surgimento de novas perspectivas sobre liderança acadêmica e novas formas de organização da estrutura de tomada de decisão. Líderes acadêmicos são cada vez mais vistos como empreendedores. Todas essas mudanças surgiram das novas formas de governança educacional.

Guimarães e Chaves (2011) apontam que o Estado brasileiro vem induzindo a privatização educacional, ao incentivar a livre política mercadológica e a adoção de medidas mercantis no setor público. Nesse escopo, a educação formal, em especial a superior, é literalmente um negócio, competindo ao Estado apenas gerenciar a política educacional. Os autores entendem que a reconfiguração desse segmento educacional é uma estratégia utilizada para reproduzir o capital. Sob os ditames dos preceitos neoliberais e das organizações multilaterais, a educação superior configura-se como um serviço não exclusivo do Estado, sendo colocada na lógica férrea do mercado, afetando diretamente o trabalho docente universitário.

Na esteira das mudanças em curso, a Anhanguera Educacional, que fundou sua primeira instituição em 1994, até então, sem fins lucrativos, transformou suas unidades de ensino em sociedade educacional, no molde de Sociedade Anônima (S.A.), em 2003. Forma organizacional idealizada e preparada para a futura abertura de seu capital na bolsa de valores em 2007. É importante destacar que o grupo, em menos de duas décadas de existência, expandiu-se estrondosamente. Ao longo de sua trajetória, vivenciou diversas fases de crescimento: expansão dos seus cursos superiores e da sua base física; otimização dos seus currículos e projetos pedagógicos; reorganização estrutural, administrativa e financeira com a abertura de capital na bolsa de valores; e a atual fase de consolidação e empresariamento no mercado da educação superior. (ANHANGUERA, 2012).

O grupo atua em todo o território nacional, inclusive em Brasília, e conta com uma carteira de mais 432 mil alunos no ensino superior. A Anhanguera tem mais de 570 unidades, onde são ofertadas mais de 90 modalidades de cursos de graduação e graduação tecnológica, além de cursos de pós-graduação e extensão. A maioria de seus alunos é jovem de baixa e média renda que trabalha durante o dia e estuda à noite. O lucro líquido da companhia, no 1º semestre de 2012, foi registrado em R\$ 86,6 milhões, 59% superior ao mesmo período de 2011. (ANHANGUERA, 2012a).



Segundo Ryon Braga, consultor educacional, 34% dos estudantes das instituições privadas brasileiras frequentam um dos campi dos 12 maiores grupos educacionais (SILVA, 2012), o que representa quase dois milhões de alunos. A concentração de alunos e instituições é um processo que caracteriza a formação dos oligopólios no setor. Segundo Silva (2009, p. 77), “[...] como nos demais setores, também nesse se instalaram oligopólios. Grupos empresariais disputam preço no mercado, oferecendo ‘serviços educacionais’ de qualidade duvidosa, fruto de um mercado de trabalho fragmentado, ‘flexibilizado’ pelas novas relações de trabalho [...]”, que resultam em uma crescente precarização do trabalho docente.

Chaves (2010) argumenta que a expansão desordenada do ensino superior privado vincula-se ao processo de desnacionalização da educação, que tem sido marcado pela inserção do capital internacional. A consequência dessa ideologia é a transformação da educação em um grande negócio a ser comercializado pelo mercado de capitais e a transformação dos universitários em clientes-consumidores, disputados no grande jogo de interesses entre as instituições de ensino. Estas reproduzem, de forma endógena, relações mercantis, através de práticas instrumentais e utilitaristas, distanciando-se cada vez mais da reflexão crítica e emancipatória da educação.

As transformações nas IES afetam e desvalorizam o docente, “[...] que perde a sua autonomia e passa a ser controlado, adequado e uniformizado segundo critérios de produtividade, a partir da lógica racionalizadora do capital.” (CHAVES, 2005, p. 148). A atual composição organizacional de agudas mudanças retira a autonomia profissional e o sentido pedagógico e acaba provocando o adoecimento do professor.

As metamorfoses no mundo do trabalho docente

À luz da Teoria de Marx, a produção capitalista é essencialmente produção de mais-valia. Dessa forma, as políticas contemporâneas concebem uma nova condição de subsunção do trabalho ao capital calcada na crescente mercantilização da educação e na desregulamentação do trabalho. Nesse processo, as redes de ensino sobreimplicam o trabalho docente ao extrair o valor e a mais-valia, por meio da exploração subjetiva.



A crise de acumulação de capital, no início da década de 1970, nos países ocidentais desenvolvidos, trouxe ao capital formas flexíveis de reprodução. O capital dinamizou-se e a força de trabalho livre foi lançada no mercado. O principal objetivo do capital é a maximização dos recursos, que também é uma das características do atual modelo de governança. (DIAS, 2006). As novas exigências no modo de produção e racionalização propagadas pelo sistema ultrapassaram as fronteiras nacionais configurando-se em práticas ininterruptas de financeirização. Essas mudanças transformaram sobremaneira o mundo do trabalho.

Para descrever esse novo cenário, Antunes (2005) apresenta um quadro analítico das “metamorfoses” que vêm ocorrendo no mundo do trabalho e seus principais significados e consequências. O autor nos remete à ascensão de Thatcher no Reino Unido, em 1979, que erigiu na variante neoliberal sua forma mais ousada e virulenta. Uma nova agenda desenhou a trajetória do labour. Pouco a pouco foi se delineando um modelo que alterou as condições econômicas e sociais existentes na Inglaterra e em todo o mundo: a) privatização de praticamente tudo o que havia sido mantido sob controle estatal (à exceção do metrô e do correio, todas as demais atividades públicas, atualmente, encontram-se nas mãos do capital privado); b) redução e extinção do capital produtivo estatal; c) desenvolvimento de uma legislação fortemente desregulamentadora das condições de trabalho e flexibilizadora dos direitos sociais; d) e, para destruir de vez a força societal, foi aprovado um conjunto de atos profundamente coibidores da atuação sindical, visando destruir até as formas mais estabelecidas do contratualismo entre capital, trabalho e Estado, expresso nas negociações coletivas.

Instituiu-se uma conjuntura que propiciou o advento da “nova cultura empresarial”, marcada pela proliferação de conceitos e práticas como Escolas de Negócios e Gestão dos Recursos Humanos. “Desprovido de uma orientação humanamente significativa, o capital assume, em seu processo, uma lógica onde o valor de uso das coisas foi totalmente subordinado ao seu valor de troca [...]” (ANTUNES, 2005, p. 17), onde a dialética societal se inverteu e se transfigurou, tecendo um novo sistema de metabolismo estruturado pela produção de mercadoria e valorização do capital. Assim, a “classe que vive do trabalho”, constituída por aqueles que vendem sua força, tem como núcleo central os trabalhadores produtivos.



Para que haja o enriquecimento do empresário, a “[...] intensidade crescente do trabalho supõe o dispêndio ampliado de trabalho no mesmo espaço de tempo.” (MARX, 1984, p. 116). Quanto mais for reduzida a jornada de trabalho, tanto mais pode crescer a intensidade. O trabalho intensificado demanda um processo de captura da subjetividade do trabalhador na produção da mais-valia, que podemos chamar de sobreimplicação, conceito tecido por René Lourau na década de 1990.

A sobreimplicação apresenta “[...] aspectos extremamente passivos: submissão a ordens explícitas ou a consignas implícitas da nova ordem econômica e social, ávida por preencher as grandes brechas produzidas tanto pela desafetação quanto pela institucionalização, maior ou menor, do desemprego.” (LOURAU, 2004, p. 191). A sobreimplicação contribui para práticas de acumulação de tarefas, sendo esta a realidade dos docentes, que respondem à lógica capitalista contemporânea. Nas Instituições de Ensino Superior Privadas (IESPs), principalmente nas companhias educacionais, a flexibilização e a acumulação de tarefas tornaram-se uma máxima, por meio da institucionalização de determinadas práticas, como mudança nos currículos, otimização do trabalho dos docentes, redução da carga horária, padronização do sistema.

82

O trabalho, a subjetividade e a sobre-exploração apresentam-se organicamente fundidos na sobreimplicação. O encanto que paira sobre a vida universitária pode, sob esse prisma de análise, voltar-se contra os docentes, que se transformaram em “[...] trabalhadores ‘full-time’, trabalhadores com 24 horas de trabalho diário.” (MANCIBO, 2007, p. 79). As redes de relações e produções capitalistas que permeiam o ambiente universitário vêm direcionando as atividades docentes ao ajustamento da nova ordem econômica.

Marx (1983, p. 263) aponta que “[...] o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovvalorização possível do capital, isto é, a maior produção possível de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista.” É preciso indagar as reais contradições às quais estão inseridas a força de trabalho docente e analisar as formas de exploração.

A qualidade, a natureza e o conteúdo do trabalho, nesse aspecto, já não têm importância significativa. Segundo Silva (2009), trata-se somente da quantidade desse trabalho e de um valor de troca. Destarte, valor e valorização da força de trabalho são duas grandezas bem distintas, no processo chamado trabalho. Para os grandes grupos educacionais, é crucial que o valor



de uso dessa “mercadoria” não seja somente fonte de valor; mais do que isso, precisa gerar mais valor do que ela possui. Esse é o diferencial que o capitalista busca na força de trabalho do professor. “O empresário da educação, como comprador, paga toda a mercadoria por seu valor: giz, papel, livros, computadores, carteiras, força de trabalho docente. Depois, como qualquer outro comprador de mercadorias, consome seu valor de uso.” (SILVA, 2009, p. 82). O método de consumo da força de trabalho docente – processo de produção de educação – gera um serviço educacional com um determinado valor em reais.

Desse processo, as redes de ensino extraem o valor e a mais-valia; em outras palavras, transformam seu dinheiro em capital. “Como corolário da tendência de tudo ser transformado em mercadoria pela sociedade capitalista, é que se pode entender que os serviços educacionais, como um direito e um bem público, possam ser considerados como uma mercadoria, a educação-mercadoria [...]” (SGUISSARDI, 2008, p. 1013), objeto de exploração da mais-valia. Essa prática não ocorre somente entre os empresários da educação, mas, até certo ponto, e inclusive, para os interesses privado/mercantis do aparelho do Estado.

Essas mudanças, segundo Antunes (2011), caracterizaram-se por um processo tendencial de precarização da força humana de trabalho e adquiriu uma dimensão maior, uma vez que os capitais globais passaram a exigir o desmonte da legislação social protetora do trabalho. A flexibilização da legislação social promoveu, ainda mais, os mecanismos de extração do sobretrabalho e expandiu medidas de destruição dos direitos sociais conquistados pelas classes. “Uma fenomenologia preliminar dos modos de ser da informalidade demonstra a ampliação acentuada de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, dentro ou fora do espaço produtivo das empresas.” (ANTUNES, 2011, p. 408). Observamos que essa informalidade incide no trabalho docente, tanto das instituições públicas quanto privadas. No entanto, esse processo se intensifica no setor privado, pois, ou os docentes aceitam as novas formas de trabalho (que diminuem o vínculo institucional e precarizam as condições de trabalho) ou permanecerão na condição de desempregados.

Conforme Mancebo (2010, p. 78-79), “[...] o aumento da exploração do trabalho docente, no Brasil, ademais como em todos os países latinos, deu-se em especial pela flexibilidade registrada nos regimes de trabalho e



consequente quebra da carreira docente, onde ela existia." Segundo a autora, atualmente nos deparamos com expedientes menos ortodoxos de contratações informais nas IES públicas e privadas, tais como a utilização de alunos da Pós-Graduação como professores substitutos, monitores e professores-tutores para a educação a distância.

O trabalho docente, em especial, no ensino superior, vem se desenvolvendo como um trabalho necessário ao atual estágio de desenvolvimento do Brasil, que, hoje, se configura como a sexta economia mundial. Sob a lógica do capital, a força de trabalho no campo educacional encontra-se reduzida a simples mercadoria. Diante dessa realidade, a pesquisa dirigiu o foco de análise para as condições que sobreimplicam o trabalho docente na instituição investigada como será exposto no tópico seguinte.

Sobreimplicação da formação dos oligopólios no trabalho docente

84 A instituição, objeto de investigação, localiza-se em uma das 31 Regiões Administrativas do DF-Brasília. Fundada em 1999, é uma das 5 unidades adquiridas pelo grupo na cidade, no período compreendido entre 2008 e 2011. As aquisições estão em linha com a estratégia de expansão da Anhanguera na Região Centro-Oeste. A instituição oferece cursos de graduação presenciais e a distância. Apesar de os dados e resultados da Companhia serem divulgados trimestralmente nos domínios públicos, não foi possível ter acesso a informações sobre quantidade de alunos e docentes. De acordo com Comunello (2012), a Anhanguera não divulga números locais.

Entre os 15 docentes que compuseram o universo da pesquisa, 8 são do gênero masculino e 7, do feminino. A maioria dos docentes está na faixa etária entre 31 e 40 (40%) e 41 e 50 (40%). No tocante à titulação acadêmica: 73,3% dos docentes, ou seja, 11 são especialistas; há 1 (6,7%) graduado, 2 mestres (13,3%) e 1 doutor (6,7%). Somente 4 docentes (26,7%) não trabalham em outra instituição, os demais (73,3%) tem mais de um emprego.

A fim de preservar a identidade dos docentes entrevistados, os que atuam no grupo foram identificados por ordem alfabética, sendo o primeiro chamado de "Docente A", e assim, sucessivamente, até o "Docente L"; e os docentes demitidos foram identificados da seguinte forma "Ex-docente A", "Ex-docente B", "Ex-docente C" e "Ex-docente D".



Os docentes têm pouco tempo de experiência no ensino superior, em média 6 anos; são predominantemente horistas, ou seja, recebem apenas pelo tempo que estão em sala de aula; todos têm a carteira assinada; a maioria tem, no máximo, curso de especialização; as atividades são voltadas ao ensino, apenas três professores estão participando de projetos de pesquisa e extensão; os docentes não têm o hábito de participar de eventos acadêmicos, tampouco de publicar artigos e capítulos de livros.

A oferta de capital da Anhanguera na bolsa de valores permitiu que o grupo ampliasse seus recursos por meio de investimentos nacionais/internacionais e liderasse o mercado de fusões e aquisições. A partir do momento em que a empresa tornou-se uma companhia, foram criados mecanismos de reestruturação por meio da gestão racionalizadora caracterizada pelos seguintes elementos: a) corte de gastos com pessoal – vários professores foram demitidos (principalmente mestres, doutores e os docentes mais antigos que tinham salários mais altos) e outros foram contratados com salários menores; b) redução do número de professores: intensificando as atividades dos que permaneceram; c) cumprimento de metas e prazos; d) todos os cursos presenciais passaram a ter, ao menos, uma disciplina ofertada a distância; e) padronização dos cursos – que, em alguns casos, não estão de acordo com as especificidades das regiões; f) junção de turmas; g) diminuição da carga horária dos cursos – os professores têm de repassar todo o conteúdo com um tempo menor; h) currículos engessados, padronizados – conforme Tiradentes (2011), o projeto curricular das companhias educacionais é aprovado no espaço das relações com os investidores, para a obtenção de ganhos em escala. Todas essas mudanças, implantadas nas instituições do grupo, visam à valorização do capital investido e atingem diretamente o trabalhador docente, que fica submetido às diretrizes da acumulação flexível.

A fala dos entrevistados descreve as mudanças na instituição a partir da aquisição pelo grupo Anhanguera.

Quando vem outro grupo e compra, ele vai implantar a cultura dele. E nessa de implantar a cultura dele, a gente passa pelo processo de transição que é muito sofrido. Tudo vem pré-estabelecido, porque esses grupos estão aqui e em vários locais do país, então eles têm que padronizar os sistemas [...]. Tem o choque da cultura, porque os grandes grupos querem tudo padronizado, sendo que os padrões não se adequam as necessidades das regiões. (DOCENTE C, 2012).



Tiveram muitas mudanças, agora trabalhamos com colegiados, que tomam as decisões e nós temos que cumprí-las. Os professores não entendiam, eles queriam planejar a aula, sendo que havia um plano de ensino pré-estabelecido para padronizar as disciplinas em todos os horários. As ementas e os cursos foram padronizados. A gente sempre trabalha com o cumprimento de metas e prazos. Então, às vezes, para a gente cumprir metas, a gente sofre algumas pressões. (DOCENTE B, 2012).

Eles demitiram quase todos os mestres para contratar especialistas. 80% das equipes foram mandadas embora, eram equipes boas e colocaram só especialistas no lugar. É uma coisa que não tem lógica e é sinal que eles não valorizam os profissionais. (EX-DOCENTE C, 2012).

Uma das mudanças mais citadas pelos docentes é a política da Anhanguera de juntar turmas. A maioria dos docentes tem mais de 200 alunos. Há professor que chega a ter mais de 400 alunos (DOCENTE F, 2012) só na instituição; isso implica mais provas e trabalhos para corrigir, preenchimento de formulários e documentos de controle da sua própria atividade, redefinição das aulas, que tiveram de ser readaptadas ao novo modelo de sala superlotada.

86

Há um paradoxo. O positivo é que houve uma injeção significativa de computadores, livros [...]. O que eu não achei positivo é ter uma sala com 70, 80, 90 alunos. O ponto complicador é que se perde o maior contato com os alunos. Quando eu falo em perder o contato, eu falo de discussão, troca de ideias, maior interatividade. Eu diria que o ensino perdeu um pouco a qualidade, em termos de disseminação do conhecimento por parte do professor. Ele não consegue dar aula com uma sala com 90 alunos. (DOCENTE L, 2012).

Após a Anhanguera ter adquirido a instituição, houve avanços e retrocessos. Mas os discursos dos docentes apontam que as perdas superaram os avanços. Os avanços incidem em mais recursos materiais, infraestrutura, laboratórios, folha de pagamento em dia, carteira assinada, plano de saúde. O contraponto é que as perdas impactaram diretamente nas relações e condições de trabalho, na autonomia do professor e, conseqüentemente, na qualidade do ensino. Os professores têm que “hiperotimizar o tempo” (MANCEBO, 2010) para dar conta de realizar todas as atividades previstas. A intensificação das



atividades promove a sobrecarga de trabalho e gera o esgotamento profissional. O ex-docente C acrescenta,

A gente não tem autonomia e os planos de ensino das disciplinas são muito incompletos, são muito ruins. Por exemplo, uma disciplina que teria que ter pelo menos 6h semanais, passou a ter 2h. Eu tinha que otimizar o tempo e sobrecarregar os alunos de informação, porque tinha de falar muita coisa. (EX-DOCENTE C, 2012).

Não importa como e em que condições o trabalho será realizado, o empresário simplesmente aguarda os resultados. Para cumprir as tarefas, os docentes estendem as atividades madrugada adentro, nos fins de semana, no seu tempo de descanso e lazer.

Em relação à gestão na Instituição investigada, os discursos dos docentes indicam que as ordens fluem de cima para baixo, pouco importando a opinião dos trabalhadores. A instituição concebe a educação como um negócio; por isso, a gestão é centralizada, sendo todas as ordens e decisões emanadas da mantenedora que fica em São Paulo. O sistema é fechado. Os diretores, coordenadores e professores atuam como cumpridores de tarefas.

Na Anhanguera, aqui funciona como uma franquia, já vem tudo pronto de São Paulo, então o diretor apenas conduz. Mas ele já tem um modelo pronto. Ele é um condutor, um monitor. (DOCENTE L, 2012).

O modelo da Anhanguera é de um grupo grande e que massifica o ensino. A gente fala que é um ensino *fast food*. (EX-DOCENTE C, 2012).

Seguindo a tendência dos grupos comerciais que constituem suas redes para revender produtos padronizados, mediante estratégias comuns e publicidade centralizada, alguns grupos educacionais formam suas redes de franquias. Segundo Dias Sobrinho (2002, p. 13), “[...] assim se preserva a identidade de cada grupo, ou seja, se consolidam as ‘marcas’ das respectivas bandeiras empresariais [...]”, facilmente identificadas pelas seguintes características: concepções educativas, metodologias de ensino, *know how*, publicidade centralizada, estilos administrativos e comerciais. “Sendo grupos explicitamente interessados na maximização dos lucros, uma intensa



competição se estabelece entre esses grupos empresariais de ensino.” (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 13).

A ideologia empresarial e a cultura globalizada centrada na padronização dos valores utilitários e nos benefícios materiais invadiram a sociedade, inclusive seus espaços de formação. Esses processos cunhados como *mcdonaldização* promovem a cultura e o culto dos resultados, o individualismo e a maximização dos rendimentos a qualquer preço. (DIAS SOBRINHO, 2002).

Os planos de ensino, os currículos, os programas e, até mesmo, a forma como as aulas serão ministradas já vêm prontos de São Paulo. Isso evidencia a perda gradativa do controle do processo de trabalho e da autonomia das ações dos docentes, em função da centralização das decisões. Um exemplo é o “Programa Livro Texto”, em que um grupo de professores se reúne e escolhe um livro que atende a grade curricular de determinada disciplina. Definido o livro, a Instituição faz um acordo com a editora, que publica edições exclusivas para a rede com um preço bem reduzido, em torno de 70% abaixo do valor de mercado.

88

O plano de ensino já vem pronto, você não constrói [...]. Como você vai desenvolver seu trabalho, se você já tem até os livros que seus alunos têm que ler. Na verdade, tem o Programa Livro Texto, os professores são obrigados a usar a bibliografia que eles trazem, da mesma forma que as aulas já vêm prontas. É uma pressão, é uma ditadura dentro da instituição. O professor é meio escravo da figura desse programa. (EX-DOCENTE B, 2012).

Com a instituição desse programa, o professor não pode mais trabalhar com outras referências bibliográficas, devendo se restringir ao livro selecionado. Atualmente, o trabalhador docente é comparável a um “robô”, pois lhe foram extirpadas a “voz” e a “autonomia”, o objetivo é estabelecer um clima de neutralidade dentro e fora da sala de aula e o engessamento das atividades desenvolvidas.

Na instituição investigada, a contratação por hora/aula é o regime de trabalho predominante. Nesse regime, o professor não recebe para preparar aula, orientar alunos, corrigir provas e trabalhos, fazer pesquisa, atuar em projetos de extensão, como nas IES públicas. Assim, acaba estendendo essas atividades para as suas horas de descanso. Essa situação não permite a preparação criteriosa das aulas, a qualificação profissional, tampouco o



desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão. Essa é uma questão crítica, pois o docente tornou-se um “aulista”.

O resultado para os docentes é uma extenuante jornada de trabalho e uma carga horária total semanal fragmentada e ampliada. Esse estudo constatou que 53% dos docentes trabalham mais de 50 horas semanais. Eles já se acostumaram a ter de trabalhar em 2, 3, até 4 instituições; já faz parte da “carreira docente”. Em outras profissões, é difícil nos depararmos com essa situação de o trabalhador qualificado ter mais de três empregos para obter um salário razoável.

Nas IESPs, principalmente nas companhias educacionais, a flexibilização e acumulação de tarefas tornaram-se uma máxima, por meio da institucionalização das práticas descritas acima. Na perspectiva de Lourau (2004a, p. 212), “[...] assim se põe em ação um novo modo de exploração, mediante a exploração da subjetividade.” A sobreimplicação, ao produzir sobretrabalho, promove o estresse, a doença e a mais-valia e traz índices elevados de fluxo de caixa, promovendo assim o crescimento indefinido da empresa-instituição.

A grande contradição constatada em algumas falas dos professores é que, apesar de a maioria ter conhecimento do processo de mercantilização da educação, muitos ainda não têm a consciência de que é essa dinâmica que está afetando as suas condições de trabalho, a autonomia e a qualidade do ensino.

Esse mercado é interessante, quando você abre o mercado de capital, você pode ter o benefício de novas fusões, aquisições, parcerias. Isso acaba trazendo benefício para a própria instituição, pois fortalece o nome da empresa. Eu acho que é positivo, é uma tendência das grandes empresas. (DOCENTE C, 2012).

A abertura [de capital] é amplamente divulgada e querendo ou não, nós temos que assumir e entender que a educação passou a ser um produto [...]. E o mercado de trabalho tem a mesma visão. (DOCENTE A, 2012).

Os grupos estrangeiros já compraram coisa muito mais importante que a educação. Tem que vim, investir e botar pra funcionar. Dinheiro é dinheiro. (DOCENTE F, 2012).



A visão desses docentes é totalmente mercantil e está de acordo com a ideologia das companhias educacionais, onde a educação só é mais um setor que deve se submeter às regras do mercado. A lei da mais-valia instalou-se dentro do ambiente educacional, corrompendo seu significado, processos, objetivos e relações. Constatou-se que grande parte dos professores são favoráveis às negociações no setor (fusões e aquisições institucionais), à inserção do capital estrangeiro na educação e à abertura de capital. Eles não percebem que, diante dessa nova realidade, estão ficando cada vez mais sem espaço e acabam sendo forçados a aceitar as diretrizes impostas pela instituição. Caso contrário, assumirão a condição de desempregados.

Com a formação dos oligopólios, fenômeno contemporâneo na educação superior privada, se um professor for demitido de uma instituição do grupo, dificilmente ele vai arrumar outro emprego na educação superior. A não ser que ele passe em um concurso para trabalhar em uma IES pública ou que seja convidado pela instituição a retornar, todavia com piores condições de trabalho (carga horária menor, salário mais baixo e sobrecarga de trabalho). Como a instituição não prioriza o estabelecimento de vínculo de exclusividade com o docente, este, por uma questão empregatícia e salarial, é levado a assumir outros vínculos, geralmente com instituições também particulares.

90

Além de todas essas metamorfoses, os docentes qualificados encontram dificuldades para se firmar no mercado de trabalho. Dos 15 docentes entrevistados, somente 2 são mestres e 1 é doutor, sendo que os 2 mestres foram demitidos (fazem parte dos ex-docentes entrevistados). A instituição não busca um profissional com titulação máxima; ao contrário, as contratações, em quase sua totalidade, priorizam docentes especialistas, pois o valor da hora/aula é menor. A instituição visa, a todo custo, ao enxugamento da folha para aumentar os ganhos em escala.

Não pagar para fazer pesquisa, não pagar para orientar aluno e ainda você viver sob a ameaça de ser demitido, isso aí não é valorizar o profissional [...]. Além de tudo, depois que a Anhanguera comprou a instituição, a ameaça de demissão sempre existiu. Não que os coordenadores falassem que seríamos demitidos, pois jamais alguém vai fazer isso. Mas os boatos nos corredores eram frequentes. A gente trabalhava muito inseguro e para mim isso já é desvalorizar. (EX-DOCENTE C, 2012).



Quando a Anhanguera assumiu, ela manteve o nosso salário até a demissão. Eu recebia R\$ 7.980 reais por 40h, eu trabalhava em regime integral. Depois, eles me chamaram de volta só que para ganhar R\$ 1.280 por 20h semanais. Não aceitei, pois eu ia ganhar menos da metade do que eu ganhava por hora/aula. (EX-DOCENTE D, 2012).

O trabalho do docente vem constituindo-se em uma moeda de troca. Há certo “conformismo” por parte dos docentes. O atual modelo de governança do Estado brasileiro, ao mesmo tempo que enfraqueceu as ações coletivas, fortaleceu os grandes grupos privados. Os docentes entrevistados estão mais preocupados com a questão das mudanças organizacionais, oriundas do novo modo de gestão, que afetaram diretamente a qualidade do ensino, do que com as perdas salariais e outras limitações advindas desse processo. Apenas 2 docentes dos 15 entrevistados são sindicalizados. Eles acreditam que as associações não têm feito nada pela categoria e não estão cumprindo com o seu papel enquanto organizações sindicais.

Existem muitas instituições (sindicatos) e poucas as ações no sentido de perceber as necessidades e as mudanças. (DOCENTE A).

Eles representam a classe, mas eu não consigo ver o trabalho desenvolvido por eles. (EX-DOCENTE A).

Pelo menos o sindicato das instituições particulares não faz nada. (EX-DOCENTE C).

Podemos perceber – por meio da fala dos entrevistados – um certo descrédito quanto à atuação sindical. Eles têm a visão de que o sindicato não tem cumprido seu papel na luta pela defesa e direitos da categoria. Segundo Santos (2010), o movimento sindical deve reorganizar-se de modo a estar mais próximo do cotidiano dos trabalhadores, das aspirações e dos direitos legítimos da categoria enquanto cidadãos. Estamos diante de um esvaziamento de sentido não só da carreira docente, mas também da própria organização que os representa.

Os docentes entrevistados acham que o sindicato deveria fazer mais pela categoria, no entanto não percebem que o ponto de virada, também, tem de partir deles. É preciso lutar, ir em busca de melhores condições. Para Lourau (2004a), o sujeito está no coração do jogo – social, econômico e político



– independente da posição ocupada, existem espaços para que ele possa compreender os processos metapolíticos que o atravessam. O Estado precisa dar mais atenção a esse setor. A academia também não pode se silenciar diante dessa problemática.

Nas palavras de Freire (2000, p. 130), “[...] para a busca de uma tal ampla e profunda superação necessitamos de outros valores que não se gestam nas estruturas forjadoras do lucro sem freio, da visão individualista do mundo, do salve-se-quem-puder.” A conjuntura que assola a educação superior e os seus trabalhadores não é um dado natural, mas vem sendo construída pelo avanço contínuo do capitalismo e dos oligopólios, portanto esse quadro é passível de mudanças de uma nova reconfiguração.

Considerações finais

92 Ressaltamos que, embora este artigo discuta a questão da formação dos oligopólios na educação superior brasileira e as sobreimplicações desse processo no trabalho docente, reconhecemos que, por se tratar de um estudo de caso, os dados limitam-se ao contexto investigado, não podendo ser generalizados. Sem qualquer pretensão de exaurir a complexidade da temática, esperamos contribuir para um maior entendimento da atual condição de trabalho dos docentes que atuam nas companhias educacionais, operadas pela lógica do capital.

A instituição funciona como uma “franquia”, tudo já vem pronto e instituído pela mantenedora. A gestão acadêmica não ocorre mais no ambiente interno das unidades, mas nos espaços das relações com os investidores, ou seja, na esfera financeira nacional e/ou internacional. Assim, o aluno é visto como cliente e o professor como operário que vende sua força de trabalho. O avanço do capital na exploração do trabalhador despreza a natureza do trabalho pedagógico e as implicações políticas e sociais envolvidas, assim a força de trabalho do docente passou a ser uma mercadoria negociável e com um “valor comercial” cada vez mais baixo.

Atualmente, a concepção de universidade dos grandes grupos educacionais é focada na gestão por resultados, que atua em consonância com as políticas capitalistas neoliberais, que visam à intensificação do trabalho docente frente à racionalização dos custos. Prática esta constatada na



instituição investigada. O contraponto é que os funcionários da instituição, principalmente os docentes, sequer têm espaço nesse cenário.

Ainda que os docentes reclamem da falta de segurança no emprego, da carga excessiva do trabalho, da falta de autonomia, da gestão centralizada, da redução da carga horária dos cursos, da perda da qualidade do ensino, alguns acham normal o processo de mercantilização da educação e até mesmo necessário diante da economia globalizada. Esses docentes ainda não se deram conta de que é a relação entre neoliberalismo/mercantilização/educação que promove e intensifica todos esses fatores. Com algumas exceções, os professores não questionaram as políticas que permeiam a área educacional, tampouco o gigantismo econômico-financeiro instalado no setor por causa da abertura de capital na bolsa de valores e do crescente investimento internacional.

A sobrecarga, a intensificação e a precarização são processos que, de uma forma velada, sobreimplicam o trabalho docente por meio de aspectos subjetivos, que, em busca do sobretrabalho, visam à produção de mais-valia em prol da instituição. A rapidez, a produção e a competição estão presentes no dia a dia do professor. Esses mecanismos, que fazem parte da nova ordem hegemônica instalada, exigem um novo tipo de profissional: flexível; ativo; que atenda às exigências do mercado; que otimiza seu tempo; que acelera suas atividades para alcançar o rendimento máximo. Imersos no trabalho, os docentes não dispõem de tempo para pensar, analisar e discutir sobre sua profissão. Assim, o individualismo se faz presente e, como efeito, esvazia os espaços coletivos de mobilização e reivindicação.

Fortalecer os movimentos sindicais, promover o engajamento dos docentes, fomentar redes de discussão são alternativas para a mudança desse cenário. É imperativo que os docentes, juntamente com o sindicato e associações, se unam para pleitear com o governo uma legislação que ampare e proteja seus direitos. Além dessa questão, o Estado precisa se posicionar e adotar uma política educacional que supervisione a privatização do ensino superior brasileiro, a inserção massiva do capital estrangeiro no setor e as fusões e aquisições institucionais. Pensar esse processo como algo que pode ser mudado é um grande desafio.



Notas

- 1 Em abril de 2013, a Anhanguera Educacional, maior empresa de educação superior do Brasil, incorporou-se à Kroton, que se tornou a maior empresa em número de alunos no mundo. A negociação representa um novo ciclo no setor privado do país, posto que a Kroton passou a ter uma carteira com aproximadamente 1 milhão de alunos, o que representa o controle de 15% dos alunos matriculados no ensino superior brasileiro.
- 2 O presente artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa realizada no período de 2011 a 2012, na Universidade Católica de Brasília (UCB), intitulada: "A governança da educação superior privada: sobreimplicações da formação dos oligopólios no trabalho docente".

Referências

ANHANGUERA. **A instituição**. Disponível em: <<http://www.anhanguera.com/a-instituicao/>>. Acesso em: 08 ago. 2012.

_____. **Anhanguera Educacional reporta crescimento de 59,0% no lucro líquido e 731% na geração de caixa após Investimentos no 1S12**. Disponível em: <<http://siteempresas.bovespa.com.br/DWL/FormDetalheDownload.asp?site=C&prot=346958>>. Acesso em: 08 ago. 2012.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2010.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **As feições da privatização do público na educação superior brasileira**: o caso da UFPA. 2005. 436 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

_____. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr./jun. 2010.



COMUNELLO, Patrícia. **Esquenta a briga pela clientela de ensino superior**. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=104254>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

CRUZEIRO DO SUL. **Até 2014, educação deve crescer na bolsa com mais empresas**. Disponível em: <<http://portal.cruzeirosul.inf.br/acessarmateria.jsf?id=417655>>. Acesso em: 17 set. 2012.

DIAS, Adelino José de Carvalho. **O ensino superior privado em Uberlândia**: precarização do trabalho docente. 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

DIAS SOBRINHO, José. Quase-mercado, quase-educação, quase-qualidade: tendências e tensões na educação superior. **Avaliação**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 09-33, mar., 2002.

DOCENTE A. **Entrevista**. Brasília, 22 jun. 2012.

DOCENTE B. **Entrevista**. Brasília, 22 jun. 2012.

DOCENTE C. **Entrevista**. Brasília, 23 jun. 2012.

DOCENTE F. **Entrevista**. Brasília, 25 jun. 2012.

DOCENTE L. **Entrevista**. Brasília, 27 jun. 2012.

EX-DOCENTE A. **Entrevista**. Brasília, 7 jul. 2012.

EX-DOCENTE B. **Entrevista**. Brasília, 9 jul. 2012.

EX-DOCENTE C. **Entrevista**. Brasília, 9 jul. 2012.

EX-DOCENTE D. **Entrevista**. Brasília, 10 jul. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GUIMARÃES, André Rodrigues; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Trabalho docente universitário e privatização do conhecimento público: considerações preliminares. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO, 5., 2011, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC/PPGE, 2011. p. 1-14. (v. 1).

LOURAU, René. Implicação e sobreimplicação. In: ALTOÉ, Sônia (Org.). **René Lourau**: Analista institucional em tempo integral. São Paulo: HUCITEC, 2004.

_____. Implicação-transdução. In: ALTOÉ, Sônia (Org.). **René Lourau**: Analista institucional em tempo integral. São Paulo: HUCITEC, 2004a.



MANCEBO, Deise. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 23, p. 73-91, jul./dez., 2010.

_____. Trabalho docente: subjetividade, sobreimplicação e prazer. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 74-80, jan./mar., 2007.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. O processo de produção do capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (v. 1, Livro Primeiro; Tomo 1, capítulos I a XII).

_____. **O capital**: crítica da economia capitalista. O processo de produção do capital. São Paulo: Abril cultural, 1984. (v. 1, Livro Primeiro; Tomo 2, capítulos XIII a XXV).

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). **Thematic review of tertiary education**: synthesis report. Paris, 2008. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/20/4/40345176.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez., 2008.

SILVA, Maria Emilia Pereira. **A metamorfose do trabalho docente no ensino superior**: entre o público e o mercantil. 2009. 181 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Salete. Um jogo para profissionais. **Revista Ensino Superior**, São Paulo, v. 14, n. 163, p. 28-33, abr. 2012.

TIRADENTES, Aparecida. Em breve, “universidade micro-ondas”: o caso das instituições de Educação Superior Privadas no Rio de Janeiro. **Revista Ciência e Luta de Classes**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 1-35, set. 2009. (Centro de Educação Popular e Pesquisas Econômicas e Sociais – CEPPEs).

_____. Financeirização da Educação Superior: estratégia da mercantilização. **Revista SINPRO-RIO**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 16-24, jun. 2011.



Ms. Aline Veiga dos Santos
Universidade Católica de Brasília | Brasília
Programa de Pós-Graduação em Educação
Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, governança educacional e cidadania:
desafios sociais, locais e globais
E-mail | aveigadossantos@gmail.com

Profa. Dra. Ranilce Mascarenhas Guimarães-Iosif
Universidade Católica de Brasília | Brasília
Programa de Pós-Graduação em Educação
Coordenadora do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, governança edu-
cacional e cidadania: desafios sociais, locais e globais
E-mail | ranilceguimaraes@yahoo.com.br

97

Dra. Vera Lúcia Jacob Chaves
Universidade Federal do Pará | Belém
Instituto de Ciências da Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Educação Superior
Bolsista Produtividade do CNPq
E-mail | veraluciajacob@gmail.com

Recebido 12 jul. 2013

Aceito 30 out. 2013